

## **A modernização do território goiano e a construção de (Re)Existências**

### *The modernization of the goian territory and the construction of (Re)Existences*

**Aline Cristina Nascimento**

Universidade Federal de Goiás - UFG  
[alinenascimento.ufg@gmail.com](mailto:alinenascimento.ufg@gmail.com)

**Rogério Antônio Mauro**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - IFGoiano  
[rogerio.mauro@ifgoiano.edu.br](mailto:rogerio.mauro@ifgoiano.edu.br)

**Marcelo Rodrigues Mendonça**

Universidade Federal de Goiás - UFG  
[ufgmendonca@gmail.com](mailto:ufgmendonca@gmail.com)

---

#### **Resumo**

O presente artigo objetiva refletir sobre o processo de modernização da agricultura goiana, que a partir da mobilidade do capital e do trabalho e seguindo a lógica de reprodução e hegemonia do capital nacional e internacional, foi moldando diferentes formas de apropriação territorial e de arranjos produtivos que perpassaram/perpassam a mineração, a pecuária e a agricultura. Esse processo carrega consigo inúmeras contradições, produzindo desigualdades espaciais, expropriação territorial, mercantilização dos espaços de produção e vida, além de inúmeros conflitos socioespaciais. São dessas contradições e conflitos que vemos emergir *(Re)Existências* como contribuições para a construção de um outro modelo de desenvolvimento que prime pelo *bem viver*, produzindo e sendo reproduzidas cotidianamente por sujeitos camponeses, quilombolas, indígenas, etc., que no dia a dia e na prática reescrevem o território na perspectiva de uma vida mais digna.

**Palavras-chave:** Território; (Re)existências; Mobilidade do Capital e do Trabalho.

---

#### **Abstract**

The present article aims to reflect on the process of modernization of agriculture in the state of Goiás, which, based on the mobility of capital and labor and following the logic of reproduction and hegemony of national and international capital, has shaped different forms of territorial appropriation

and productive arrangements that through mining, cattle raising and agriculture. This process carries with it numerous contradictions, producing spatial inequalities, territorial expropriation, commercialization of production and life spaces, and innumerable socio-spatial conflicts. It is these contradictions and conflicts that we see emerge (Re) Existences as contributions to the construction of another model of development that prevails for the good to live, producing and being reproduced daily by peasants, quilombolas, indigenous people, etc., that day by day and in practice rewrite the territory in the perspective of a more dignified life.

**Key-words:** Territory, (Re) Existences; Labor and Capital Mobility.

---

## Introdução

*Cana, cana, mais cana...  
Goiás é um território bêbado  
(Joaquim Pedro Barbosa)*

O poema, em forma de *hai-kai*, feito pelo poeta goiano/mineiro *Joaquim Pedro Barbosa*, parece esclarecer, de início, o resultado do processo de modernização do território em Goiás: trata-se de um território produtivo importante para o Centro-Oeste e para a economia nacional. Todavia, suas regiões, seus lugares, ambientes são atravessados pelo timbre da desigualdade social e da desigualdade regional.

Diante disso, convém problematizar: é possível reconhecer no processo de modernização do território goiano a descentralização, imprescindível no contexto da acumulação do capital? O modo como o capital se apropria de diferentes lugares é parte processual da acumulação? Quais as rupturas/brechas capazes de explicitar as contradições e se efetivarem como *(Re)Existências* à expansão do modo capitalista pelos lugares?

Um pressuposto teórico emergirá para conduzir a argumentação que será feita. Em economias capitalistas, o território é objeto de uma disputa que coloca em cena não apenas atividades econômicas hegemônicas, mas também os sujeitos que golpeiam o controle das riquezas produzidas. Estes dão sentidos sociais que almejam em contraposição àqueles que dirigem o território. Desta forma, falar em Goiás, ou território goiano – impõe reconhecer a *hibridagem* de sua formação territorial.

Ao evidenciar a questão dessa maneira, outra problemática de ordem epistemológica surge. Como analisar, sob a batuta geográfica, o tema em questão? Isto é, qual é a geograficidade concernente ao processo de modernização do território, principalmente a partir da mobilidade do capital e do trabalho e as *(Re)existências* que se revelam?

Diante disto, o texto ora em questão tem por objeto apresentar uma reflexão sobre as transformações produzidas pela mobilidade do capital e do trabalho diante do processo de modernização agrícola de Goiás destacando as *(Re)Existências* existentes como contribuições para a construção de um outro modelo de desenvolvimento que prime pelo *bem viver*.

Assim, pode-se inferir que Goiás é um espaço/tempo iluminado por realidade própria envergando, todavia, a sua especificidade num jogo de relações mais amplas. Os arranjos produtivos que perpassaram/perpassam a mineração, a pecuária e a agricultura reescreveram/reescrevem o território. Dessa maneira, podemos concordar com a metáfora do poeta: Goiás está bêbado, não apenas com cana, cana, cana...mais soja, terras raras, ouro, nióbio, veículos, colheitadeiras etc., dada pela movimentação do capital e consequente movimentação do trabalho que configura diferentes e diversas formas de apropriação. Nessas contradições, na essência da *hibridagem* tem e pode ter o território de vida, controlado por camponeses, quilombolas, indígenas etc.

### **Mobilidade do Capital e do Trabalho – uma face da modernização em goiás**

A modernização em Goiás é ceifada por ações, processos e relações de poder que traduzem o sentido político do espaço. O Espaço, nesse sentido, é geral (totalizante) e se refere ao fato de a totalidade do processo que rege a modernização ter como condições de materialização a espacialização e a formação do que Moreira (2012) chama de arranjos. O território, nesse sentido, é a dimensão do espaço (e desse processo de totalização da modernização) onde as relações de classe (e, também, políticas) são estabelecidas. Por conseguinte, estamos de acordo com Castilho (2014) que ao considerar que a modernização é territorial significa evidenciar o caráter espacial deste fenômeno, qualificar os sujeitos e ressaltar a determinação política moldada pelas relações sociais de produção.

No caso brasileiro a modernização foi imposta de maneira vertical e autoritária – e continua sendo reproduzida desta maneira a partir de demandas internacionais e, sobretudo, de articulações de grandes corporações, de sujeitos locais e de ações em diferentes escalas. Esta característica da modernização é reproduzida desde seus primórdios no Brasil. Em função disto, Faoro (1992, p. 8) argumenta que a modernização, “[...] pelo seu toque voluntário, se não voluntarista, chega à sociedade por meio de um grupo condutor, que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes”. A forte relação entre países como o Brasil e nações industriais explica-se pelas articulações entre os grupos que comandam as modernizações desses países. Sobre isso, Santos (1979) assinala que as vicissitudes do desenvolvimento “moderno” dos países com baixo desenvolvimento econômico ligam-se diretamente às necessidades dos países industriais. Essa concepção é válida em outras escalas, como no interior dos próprios países, onde algumas regiões, em períodos distintos, modernizam-se conforme as necessidades de outras regiões e em função das articulações das classes dominantes, ligadas às atividades econômicas predominantes em cada período e em diferentes espaços.

No contexto da espacialização da modernização em território goiano, os conceitos de mobilidade geográfica do capital e do trabalho evidenciadas por Harvey (2005) e Thomaz Junior (2009), auxiliam sua compreensão. Segundo Harvey (2009), no que se refere ao espaço, tem-se um contexto peculiar, pois a queda das *barreiras espaciais* não significou o fim da importância atribuída ao espaço pelo capital, tampouco o fim das diferenças espaciais. Pelo contrário, “[...] o aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem [...] mais atenção às vantagens locais relativas, [...] porque a diminuição de barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, [...] pequenas diferenciações espaciais.” (HARVEY, 2009, p. 265). Tais diferenciações estariam relacionadas ao que o espaço oferece em termos de trabalho, infraestrutura, recursos, e outros aspectos que favoreçam a manutenção das condições de acumulação e reprodução do capital.

Harvey (2009) acrescenta ainda que a mobilidade geográfica do capital e, a consequente mobilidade do trabalho, bem como, a descentralização, são características imprescindíveis no contexto da acumulação flexível do capital. Assim como, a manutenção da sua tendência para o crescimento em valores reais pautados na

exploração do trabalho vivo no universo da produção, a partir de uma dinâmica tecnológica e organizacional.

Essa tendência do modo capitalista de produção revela que:

As práticas imperialistas, do ponto de vista da lógica capitalista, referem-se tipicamente à exploração das condições geográficas desiguais sob as quais ocorre a acumulação do capital, aproveitando-se igualmente do que chamamos de “assimetrias” inevitavelmente advindas das relações espaciais de troca. [...] A riqueza e o bem-estar de territórios particulares aumentam à custa de outros territórios. As condições geográficas desiguais não advêm apenas dos padrões desiguais da dotação de recursos naturais e vantagens de localização, elas também, o que é mais relevante, produzidas pelas maneiras desiguais em que a própria riqueza e o próprio poder se tornam altamente concentrados em certos lugares como decorrência de relações assimétricas de troca. [...] (HARVEY, 2005, p. 35).

Para Thomaz Junior (2009) a mobilidade espacial do trabalho é um dos fatores estratégicos do capital para a acumulação do capital. Isso é evidenciado no Brasil, principalmente após a década de 1990, pela incorporação de territórios com pouca tradição industrial e baixa organização sindical, por empresas oriundas dos grandes centros industriais tradicionais, em busca de menor resistência por parte dos trabalhadores e demais benefícios fiscais e logísticos. Esse processo, “[...] a mobilidade, a migração do capital e do trabalho está reconfigurando as espacialidades da economia global, os perfis, os conteúdos e subjetividades dos homens e mulheres que trabalham [...]” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 197).

A partir das políticas de planejamento do Estado para abrir caminhos para o capital esse processo se intensifica. Nas áreas do Cerrado, as ações implementadas como os projetos de integração nacional (rodovias, construção de Brasília, ampliação da fronteira agrícola etc.) possibilitaram profundas transformações nas relações de propriedade, ações estas, consideradas prioritárias nos Programas Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). Mendonça (2004) relata que a prioridade na modernização da agricultura, parte do II PND (1975-1979) que atendia a produção de fertilizantes e agrotóxicos para o crescimento de atividades agroindustriais. A estratégia era inserir e *abusar* dos instrumentos de desenvolvimento científico e tecnológico para maior produção e produtividade. O discurso que contagiava a todos era a integração nacional e o aumento das exportações através da incorporação de novos mercados para os produtos manufaturados e principalmente, produtos agrícolas não tradicionais.

O golpe militar de 1964 foi crucial para a implantação do projeto modernizador sob a hegemonia do capital industrial e financeiro, pois significou a criação de financiamentos para atender a demanda do capital nacional e internacional. Aproveitando-se das características edafoclimáticas das áreas do Cerrado como a estação de seca bem definida com poucas chuvas e solos ácidos, a ausência de infraestrutura e os elevados preços dos insumos e maquinários, o Estado e as agências de fomento estruturam suas políticas de subsídio para evitar qualquer prejuízo aos novos investidores.

A partir da década de 1960, as políticas governamentais voltadas para a “ocupação racional” das áreas do Cerrado se intensificam com o objetivo de produzir *commodities* para exportação, visando potencializar a balança comercial brasileira e, conjuntamente, assegurar a dinâmica e as necessidades de mobilidade do capital nacional associado ao capital transnacional. A infraestrutura necessária aos novos investimentos se avolumava, direcionando a mobilidade do capital e do trabalho no território, alterando-os na forma e no conteúdo.

Programas como o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) e o PRODECER (Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado) visava, a partir de suas linhas de créditos, criar a infraestrutura necessária (transportes, eletrificação, extensão rural, exploração do calcário, armazenamento etc.) para fomentar o interesse dos empresários rurais pelo Cerrado.

Harvey (2005), ajuda na compreensão da importância dessa ação do Estado ao ressaltar que as infraestruturas assumem papel de destaque ao possibilitar o movimento fluido sobre o espaço, pois amplia a capacidade de mover no espaço, mercadorias, capacidade produtiva, pessoas e dinheiro. “[...] O movimento fluido sobre o espaço só pode ser estabelecido mediante a instalação de certas infraestruturas físicas no espaço [...]” (HARVEY, 2005, p. 87).

O Estado foi o agente financiador para a instalação dessa infraestrutura e como analisa Mendonça (2004, p 199) exerceu o papel de agente do espaço, implantando os

elementos técnicos, políticos-administrativos<sup>1</sup> para integrar o país às novas exigências do padrão de acumulação do capital.

A ação do Estado se expande com a criação de programas como, o FCO<sup>2</sup>, o Fomentar<sup>3</sup> e o Produzir que fortalece as políticas estatais de modernização e o desenvolvimento econômico regional. Nesse sentido, efetiva-se a interpretação de Santos e Silveira (2001, p.105), ao retratar que “Cada ponto do território modernizado é chamado a oferecer aptidões específicas à produção, é uma nova divisão territorial, fundada na ocupação de áreas até então periféricas e na remodelação de regiões já ocupadas”.

A partir dos anos 1990, com o relançamento de uma estratégia de fortalecimento da agricultura, baseada na reorganização dos complexos agroindustriais e na consequente territorialização do capital, puxada por grandes conglomerados empresariais nacionais e estrangeiros e por um mercado mundial de *commodities* em alta, a região Centro-Oeste e o Estado de Goiás passaram a ocupar lugar de destaque, desencadeando um novo processo de transformação e modernização territorial.

Deste processo, resulta um expressivo aumento na produção e nas exportações de *commodities* agrícolas e agroindustriais, bem como, a incorporação dessas áreas às dinâmicas econômica e demográfica brasileira produzindo uma configuração espacial mais complexa. Paralelamente se viu o fortalecimento político sem precedentes dos setores ruralistas que na esfera da política fizeram valer seus interesses, impondo mudanças em legislações vigentes, renegociando seus passivos e buscando novos investimentos ao setor.

Com a crise capitalista mundial desencadeada a partir de 2008, temos uma nova onda de investimentos estrangeiros em busca de novos campos para reprodução do capital, com segurança e rentabilidade. Várias consultorias internacionais e o próprio

---

<sup>1</sup>A criação da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA) e a partir desta a reestruturação da assistência técnica e extensão rural, com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica (EMBRATER) e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) são exemplos dessas ações governamentais.

<sup>2</sup>O Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) foi instituído com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social dessa região, através da instituição financeira federal – Banco do Brasil - de caráter regional, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos. (Fonte: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj6/05.htm>).

<sup>3</sup>O primeiro programa de incentivo fiscal em Goiás foi o Fundo de Fomento a Industrialização do Estado de Goiás (FOMENTAR), substituído pelo Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) que preconizava de forma direta a geração de emprego e renda. (Fonte: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/conj/conj22/artigo02.pdf>).

Banco Mundial indicavam o Brasil como importante campo de investimento, em função da disponibilidade de terra e água, a qual o Estado Brasileiro adicionava outra importante vantagem, a existência de leis favoráveis. Deste modo, o capital expande seu domínio sobre nessas áreas, num novo ciclo de apropriação de terras e expropriação camponesa. Outros aspectos a serem denotados são as diferentes formas de reapropriação dos recursos naturais (florestas, minérios e água) resultando em múltiplos territórios no mesmo espaço, ampliando as fronteiras agrícolas e energéticas, num processo de acumulação por espoliação, descrito por Harvey.

Contudo, a territorialização do capital ocorreu e está ocorrendo de forma diversa e altamente seletiva, configurando como o que Mendonça (2004) chamou de “ilhas de modernidade”, a medida em que as diferenças espaciais foram acrescidas das técnicas modernas, apresentando qualificações diferentes e funcionais ao capital.

Se essa lógica está diretamente relacionada aos interesses e determinações dos sujeitos hegemônicos, os efeitos da modernização não são restritos a determinada região ou lugar, ao contrário do que se costuma afirmar. Isso significa que ela atinge todos, mas de maneira diferente. Isso torna a dinâmica espaço-tempo da modernização “muito complexa para ser objeto de uma precisa localização, ainda que uma época moderna seja facilmente identificada”, adverte Gomes (1996, p. 28). O fato de atingir os lugares de maneira integral, seguindo o ritmo do regime de acumulação integral, como defende Viana (2009), não significa que a modernização necessariamente promova integração. Ela varia tanto no tempo, quanto no espaço. Isto é, pode acontecer num determinado território e influenciar outro, com temporalidades distintas.

As transformações socioespaciais que ocorrem em uma determinada porção do território devem, portanto, ser compreendidas a partir de determinações e conexões diversas, as quais, como afirma Gramsci (1987), estão relacionadas a uma “amplitude política de caráter territorial” e não, necessariamente, aos problemas concernentes a uma única região ou fragmento de espaço. Deve-se discutir, portanto, o seu efeito seletivo e segregador, com o cuidado de não cair nas teorias dualistas como se a realidade de determinados locais fosse separada da de outros. Uma vez que esse último caminho desemboca, inevitavelmente, em uma teoria fragmentada da realidade.

Em Goiás, tais contradições podem ser visualizadas nas diferenciações regionais. Evidenciar a inserção do Sul/Sudeste de Goiás às técnicas e tecnologias da

modernização dissociado do isolamento e da pobreza do ponto de vista econômico da região Norte/Nordeste do Estado só desvia a atenção para explicações parceladas de um mesmo processo. O problema não é, necessariamente, considerar as regiões como forma de interpretação, mas analisá-las como se fossem separadas ou pertencentes a realidades distintas. As interpretações, nesse último caso, constituem maneiras reducionistas de explicar a realidade. Castilho (2014, p.44) ensina que essa interpretação é parte das teorias dualistas e estas são “naturalizadas” nas sociedades capitalistas para cindir ou provocar uma cisão no modo de entender o mundo, mas, também, em função de interesses que defendem determinado caminho (a exemplo da modernização) como única saída do atraso. Geralmente se manifestam na separação entre elementos tidos como modernos e aqueles concebidos como tradicionais.

Contrários a essas abordagens, alguns autores defendem que a tradição não é, necessariamente, separada da inovação. Santos (1979, p. 55), por exemplo, considera que se trata “de uma aceitação dos elementos de modernização em diferentes graus”. Se um dos efeitos da modernização é a conformação da desigualdade espacial, como exemplo dos lugares marginalizados e privilegiados, do “circuito superior” e do “circuito inferior” da economia etc., isso não significa que esses elementos sejam separados. A dispersão da pobreza e os contrastes visíveis nas paisagens do campo e da cidade não representam o reverso de um processo econômico nem o atraso de regiões como o Nordeste Goiano, por exemplo, mas o tipo de modernização que nele foi imposta e reproduzida. Isso porque a relação entre diferentes lugares e temporalidades representa o funcionamento de uma mesma realidade.

A análise, nesse sentido, deve abarcar a “unidade dos contrários”, em lugar das separações/oposições antagônicas que caracterizam a alienação. A oposição entre atrasado (ou tradicional) e moderno é apenas formal porque, segundo Oliveira (2003, p. 32), “o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade dos contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’, se se quer manter a terminologia”. Não é possível chegar à compreensão da complexa realidade do mundo pela separação dos fenômenos, mas pela consideração desses fenômenos a partir de uma unidade contraditória, e não separada. Assim dito, a análise deve também caminhar no sentido de questionar a quem serve o modelo de

modernização que se expande pelo Estado de Goiás e pelo Brasil. É preciso falar de processos, mas também nomear seus sujeitos.

Em geral, as questões ligadas à modernização são levantadas como se o principal problema desse processo fosse a sua má distribuição, que desemboca em conflitos e em movimentos de resistência. No entanto, não se questionam elementos mais centrais e que estão na raiz desse processo, a exemplo do modo como a modernização é produzida, por quem, para quem e a que fim. Exercício este que pode revelar a perspectiva política do processo assim como os interesses (de classes) envolvidos. A modernização não promove integração social nem está ligada aos interesses coletivos de todas as classes.

Isso fica evidente ao observarmos a região Nordeste<sup>4</sup> do Estado de Goiás. Considerada a região com menor desenvolvimento econômico do Estado, em 2011, representava apenas 1,51% do PIB goiano, com o estigma de “corredor da miséria”, a região não conta com a territorialização de complexo do agronegócio, mas é o celeiro/refúgio da mão-de-obra não absorvida nos centros promovidos pela modernização, como o Sul e Sudeste do Estado e os polos metropolitanos como Goiânia e Distrito Federal. Resultado da formação territorial do Estado, a região não fez parte do ciclo de investimentos (estradas, comunicação, energia etc.) que efetivou a territorialização do capital, ficando a região dominada por latifúndios (grande parte improdutivo) e por uma ausência marcante do Estado, no que concerne a condições básicas de vida para a população, como saúde, educação, transporte. Ou seja, no processo de modernização do território goiano, coube à Região Nordeste ser uma espécie de bolsão de mão de obra ou exército de reserva, formado na maioria das vezes por trabalhadores oriundos do Nordeste do Brasil que, ao não conseguir trabalho nas regiões *iluminadas* pelo agronegócio se vê subsistindo a espera de trabalho.

Paralelo e contraditoriamente, a Região se caracteriza também pela marcante presença de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento Socialista de Luta (MSL) que veem na elevada concentração de terra uma alternativa para mobilizar os trabalhadores e, por meio da luta pela terra, melhorar as condições de vida. Ao mesmo tempo, há também na região

---

<sup>4</sup>A Região Nordeste é formada por 20 municípios e possui uma área de 38.726,52 km, correspondendo a 11,39% da área total do Estado de Goiás. Em 2010 sua população era de 140.900 habitantes, que significava aproximadamente 2,3% da população goiana.

importantes resistências de comunidade tradicionais como os Kalunga e por isso tem também as maiores reservas naturais do Estado<sup>5</sup>.

Nesse sentido, a incorporação de territórios goianos aos interesses dos centros hegemônicos nacionais e internacionais relevou um processo de *hibridagem*, resultante da imposição das inovações técnicas e das resistências dos que aqui vivem e trabalham e que se configura numa diferencial espacial.

### **A Existência e Construção de (Re)Existências**

Mesmo considerando o domínio hegemônico do capital sobre o território, designando o que poderíamos chamar de *territórios do capital*, precisamos considerar que também vive neste mesmo território a sua contradição viva, materializada nos *trabalhadores da terra*, que com suas diversas formações, identidades e nomenclaturas (camponeses, agricultores familiares, quilombolas, indígenas, ribeirinhos), resistem para continuar construindo *territórios de vida*. Para Bartra (2008), não se nasce camponês, se faz camponês é na luta e na lida cotidiana, na forma de produzir, de sociabilizar e produzir uma cultura camponesa.

As contradições inerentes a este processo se expressam nas ações de resistências e *(re)existências*, seja no enfrentamento ao capital, que por sua natureza e lógica insiste em separar as pessoas de seus meios de trabalho, convertendo a natureza em simples mercadoria, seja nas lutas pela afirmação e reconhecimento de territorialidades específicas quer de caráter camponês quer advindo de povos e comunidades tradicionais.

Cotidianamente, essas populações são afetadas e influenciadas por um modelo de produção predatório socioambientalmente, que com seu aparato tecnológico e seus mecanismos de operacionalização estatal modificam suas comunidades, por meio das redes de infraestrutura, comunicação, ou mesmo as virtuais, de circulação de capital, condicionando o modo como se relacionam entre si e com seu meio físico-natural. Mas,

---

<sup>5</sup>Durante a disciplina “As lutas sociais pela terra e pelo território na América Latina”, realizamos um trabalho de campo na região Nordeste de Goiás, no período de 01 a 03 de Novembro de 2016. Durante vários dias pudemos observar a contradição do processo de modernização em Goiás, bem como os potenciais de *Re-Existências*, nas lutas empreendidas por camponeses, quilombolas etc.

que apesar disso, (Re)Existem construindo e reconstruindo sua existência com dignidade.

Essa *(Re)Existência* é entendida como,

[...] um processo de permanência, modificada por uma ação política que se firma nos elementos socioculturais. Significa re-enraizar para continuar enraizado ou poder criar novas raízes e mesclá-las com as já existentes, formatando espacialidades como condição para continuar (Re)Existindo. (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 54)

Nota-se que a dimensão política é constituinte neste caso, já que para os autores,

[...] as (Re)Existências são ações construídas no processo de luta pelos territórios da vida, expressas na luta pela permanência na terra, na luta pela Reforma Agrária, na luta contra a construção desenfreada e injustificada dos empreendimentos hidrelétricos que expulsam milhares de famílias de seus lugares de existências, na luta pela água, entre outras ações de natureza política que possuem como fundante as relações de pertencimento. (PELÁ; MENDONÇA, 2010, p. 54)

Importante exemplo desta *(Re)Existência*, encontramos no Nordeste Goiano<sup>6</sup>. Além das belas paisagens naturais de um Cerrado ainda bastante preservado, encontramos ricas paisagens humanas, marcadas por uma valoração não mercantil, com um importante legado cultural que se expressa em festas, costumes, linguagens, relações sociais etc. Trata-se de ambientes vinculados a comunidades tradicionais remanescentes de quilombos, assim como, da cultura nordestina, responsável pela constituição dos primeiros povoamentos para exploração de minérios, ainda no século XVIII e, posteriormente, para a criação de gado.

São inúmeras comunidades rurais que *(Re)Existem* em seu território, desde as históricas lutas dos Avá-canoeiros que resistiram à chegada dos bandeirantes e a consequente expulsão de suas terras para o estabelecimento da mineração, passando pelas lutas dos negros que deixando para traz o horror da escravidão construíam seus quilombos, semeando um sonho de liberdade. Sonho este que seguiu sendo cultivado pelas revoltas camponesas de Trombas e Formoso das décadas de 1950 e 1960 e que segue nos tempos de hoje nas lutas pela terra e por reforma agrária, pela demarcação das terras e reconhecimento das comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas.

---

<sup>6</sup> Região visitada em trabalho de campo da disciplina, no período de 01 a 03 de Novembro de 2016.

Ao longo da história, o *preço pago* por quem ousou enfrentar o projeto hegemônico foi muito alto. Tribos inteiras, como a dos Avá-canoeiros, foram praticamente dizimadas, trabalhadores escravizados, comunidades inteiras arrancadas, violentamente, de suas terras, perseguições, prisões, torturas e assassinatos. Uma história escrita com sangue, mas, também, com resistência.

Apropriando-se do discurso do progresso, do desenvolvimento e da modernização, o capital procurou/procura construir consensos, legitimidade, normatizações e legalidade institucional, em vista do domínio de corpos e das subjetividades. Mas, como fez no passado, não excita no uso da força e da repressão quando suas ferramentas persuasivas se mostram insuficientes. Como, aliás, vem ocorrendo em períodos recentes no Estado de Goiás, por meio da criminalização dos movimentos sociais e prisão de lideranças que lutam por terra e moradia.

Para enraizar o discurso de modernidade, cria-se a ideia de que, quem se opõe ao modelo de desenvolvimento do capital “moderno” só pode ser atrasado, inadequado e arcaico. Aliás, assim são vistos os camponeses, estereotipados na figura do “Jeca Tatu”.

De todo modo, é urgente e necessário debater e implementar uma estratégia de desenvolvimento para as pessoas que vivem do trabalho no campo, na perspectiva do fortalecimento político e econômico e de seu empoderamento, frente às disputas territoriais em que estão inseridos. Requer, antes de tudo, pensar não apenas nos aspectos econômicos, mas, sobretudo, nos aspectos sociais, culturais, humanos e ambientais a partir de outros princípios na relação ser humano-natureza, valorizando as riquezas naturais, numa perspectiva inclusiva e integradora. Isso se faz com planejamento, com ações organizadas e políticas públicas inclusivas, que considerem a diversidade, a cultura, os gêneros e as identidades.

Visando contribuir nesse debate, destacamos quatro desafios que merecem ser considerados na construção das *(Re)Existências*:

- a- Organização social e política – para que os trabalhadores possam ser efetivamente sujeitos da sua própria história é fundamental que desenvolvam capacidade de organização própria. Sem preocupação com essa ou aquela forma organizativa específica, quer seja, em suas comunidades e associações, como também nos sindicatos, movimentos sociais ou partidos políticos. O simples fato de participar de uma organização social e/ou política estimula o

desenvolvimento não apenas da capacidade organizativa, como também, da consciência social e política, sem a qual é impensável avançar num processo emancipatório.

- b- Mudança no modelo produtivo e tecnológico – o modelo de produção e as tecnologias dominantes nos *territórios do capital* foram desenvolvidos para uma determinada alocação dos fatores produtivos, onde se tenha ou se pretenda utilizar grande quantidade de terras, altos volumes de capital e pouca força de trabalho. Combinação que permitiu desenvolver uma agricultura de grande escala, intensiva no uso de máquinas, agrotóxicos e fertilizantes e de alto custo financeiro, ambiental e social. Condição completamente diferente da que encontramos nos *territórios de vida*, onde, em regra, se tem pouca e as piores terras, capital escasso e abundância de trabalho. Por isso, é uma necessidade buscar formas de produzir quantitativa e qualitativamente distintas e adequadas a uma diferente alocação de fatores, respeitando as restrições ambientais de acordo com cada formação, solo, relevo, etc., e onde a biodiversidade seja considerada uma potencialidade e não um entrave à produção.

Entendemos, que esse novo modelo é possível com a diversificação das atividades produtivas e a adoção da Agroecologia. AVILA, A.; AVILA ROMERO, L. E. (2016) consideram que atualmente a Agroecologia é uma construção coletiva que se converte em uma estratégia de defesa territorial e em possibilidade de se transformar em Patrimônio Biocultural dos Povos.

- c- Cooperação na produção – considerando as restrições tanto de terras, quanto em matéria de infraestruturas (estradas, água, energia elétrica etc.) e também de capital para investir na produção, torna-se difícil pensar em saídas individualizadas que possam dar conta de resolver os problemas da coletividade. Por isso, consideramos fundamental juntar as forças a fim de potencializar as capacidades, organizativas e produtivas dos agricultores. É preciso buscar e adequar diferentes formas organizativas (cooperativas, associações, condomínios, núcleos de produção etc.) para que promovam maior divisão de trabalho e incorporação de tecnologias sociais, elevando tanto a produtividade do trabalho, quanto a produtividade física da terra, permitindo processos de

verticalização da produção que agreguem valor aos produtos e estimulem a busca de canais diretos de comercialização.

Existem atualmente inúmeras experiências de cooperação agrícola em assentamentos de reforma agrária e na agricultura familiar camponesa. Elas nos mostram ser possível construir outro modelo de agricultura, com pessoas, com organização e com qualidade de vida.

- d- Educação do Campo e Cultura – é primordial promover o resgate e a valorização dos saberes e das práticas dos sujeitos da terra, atribuindo novos significados, a partir de novas temporalidades e das novas práticas organizativas e produtivas que se reconstruem no cotidiano que se traduzem em novos modos de vida. O analfabetismo é um inimigo a ser enfrentado, pois permitirá elevar o nível cultural das famílias camponesas rompendo o estigma de “Jeca Tatu”, além de aumentar as capacidades produtivas, condição para promover a inclusão social para as pessoas que historicamente tiveram esse direito negado.

### **Considerações Finais**

A modernização do território goiano obedeceu a lógica de reprodução do capital nacional e internacional. Como diferença, diversidade e, ao mesmo tempo, unidade, esse processo também gerou/gera desigualdades espaciais em razão do conflito entre sujeitos sociais, mas principalmente do modo como determinados grupos colocam-se em posições privilegiadas e, portanto, hegemônicas.

Hegemonia esta, que impulsionada por sua voracidade capitalista na busca desenfreada pelo lucro avançou promovendo expropriação territorial e mercantilização dos mais diversos espaços de produção e vida: terra, água, florestas, ar, minerais etc.

Felizmente, existe a contradição que se expressa nas Resistências e (Re)Existências construídas de diferentes formas e contextos. Na luta dos Sem Terra que com suas ocupações e acampamentos colocam na ordem do dia a necessidade e atualidade da Reforma Agrária; na lida diária e na organização de assentados, camponeses, quilombolas, indígenas de diferentes etnias que buscam resistir em seus territórios e com diferentes estratégias pressionam por outro modelo de

desenvolvimento no qual as políticas públicas primem pelo bem viver e que realmente cheguem para todos de forma efetiva.

Temos assim, conforme assinalou AVILA, A.; AVILA ROMERO, L. E. (2016), o território como ponto de partida, não apenas para satisfazer as necessidades mais elementares do ser humano, já que significa água, terra, ar, vegetação etc., mas como elemento importante para a coesão familiar e comunitária e como espaço de construção de saberes e práticas tradicionais.

Enfim, tal qual apontou Harvey (2009) a construção do espaço é dinâmica e as disputas territoriais se apresentam como consequências da movimentação e disputa entre capital e trabalho. E nesta disputa, os camponeses e demais *trabalhadores da terra* seguem sua luta para que Goiás deixe de ser o *território bêbado* moldado pelo capital (descrito pelo poeta) e se transforme em território do *bem viver* construído pelas mãos de quem trabalha.

## Referências

AVILA, Agustín; AVILA ROMERO, León Enrique, (2016). *Desposesión, metabolismo social y Territorio: Resistencias y re-existencias en Chiapas, México*. Revista Pacarina, año 8, núm. 29, octubre-diciembre, 2016. ISSN: 2007-2309. Ciudad Autónoma de Buenos Aires.

BARTRA, Armando. *Campesindios. Aproximaciones a los campesinos de un continente colonizado*. In.: Boletín de antropología americana. 44. Enero – Diciembre 2008.

BÓRQUEZ, Luciano Concheiro; BERLANGA, Héctor Robles. *Tierra, territorio y poder a cien años de la reforma agraria en México: lucha y resistencia campesindia frente al capital*. [...] Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140820040836/CapitalismoTierrayPoderIII.pdf>

CASTILHO, Denis. *Modernização territorial e redes técnicas em Goiás*. 2014. 221 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

GONCALVEZ, Carlos; HOLCSMAN, Luis. *Despojos y resistencias en América Latina*. AbyaYala. Estudios sociológico editora- CLACSO. 2016. [...] Disponível em: [http://estudiosociologicos.org/-descargas/eseditora/despojos-y-resistencias/despojos-y-resistencias-en-america-latina\\_porto-goncalves.pdf](http://estudiosociologicos.org/-descargas/eseditora/despojos-y-resistencias/despojos-y-resistencias-en-america-latina_porto-goncalves.pdf)

GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **A condição pós-moderna**. 18. Ed. São Paulo: Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. **Espaços da Esperança**. São Paulo: Loyola, 2000.

MENDONÇA, Marcelo R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano**. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2004.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas**. São Paulo: Contexto, 2012.

NAVARRO, Mina; COMPOSTO, Claudia. *Territorio sin disputa*. Despojo capitalista, luchas en defensa de los bienes comunes naturales y alternativas emancipatorias para América Latina. Bajo Tierra Ediciones. México. 2014. Disponível em: <https://territoriosendisputa.wordpress.com/2015/08/22/territorios-en-disputa-despojo-capitalista-luchas-en-defensa-de-los-bienes-comunes-en-pdf/>

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PELÁ, Márcia; MENDONÇA, Marcelo Mendonça. **Cerrado Goiano: encruzilhada de tempos e territórios em disputa**. In: PELÁ, Márcia; CASTILHO, Dênis. (orgs.). *Cerrados: perspectivas e olhares*. Goiânia, Editora Vieira, 2010.

PEREIRA, João Márcio Mendes; ALENTEJANO, Paulo. *El agro brasileño: de la modernización conservadora a la hegemonia del agronegocio*. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140820032516/CapitalismoTierrayPoderI.pdf>

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M.; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no fim do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **Desafios teóricos para a Geografia do Trabalho no século XXI**. In: \_\_\_\_\_; FRANÇA JÚNIOR, Luzimar Barreto (Orgs). **Geografia do Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, 2009. p. 162-217.

VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. Aparecida-SP: Santuário, 2009.

---

#### Sobre a autora

##### *Aline Cristina Nascimento*

Atualmente é doutoranda no PPGEO/IESA/UFG. Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Goiás/Região Catalão e Mestre em Geografia no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás - Região Catalão. Especialista em Educação Popular pela Universidade de São Paulo. É membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Território

e Políticas Pública, do Núcleo de Pesquisa Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais e do DIALOGUS - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho.

---

#### **Sobre o autor**

##### ***Rogério Antonio Mauro***

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2000), Especialista em Estudos Latino Americanos pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF (2005), Mestre em Economia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP (2009) e Doutorando em Geografia, área de concentração Natureza e Produção do Espaço, na Universidade Federal de Goiás - UFG. É Professor de Economia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - IF Goiano, onde exerce o cargo de Coordenador Geral de Extensão e Pró-Reitor de Extensão Substituto. Áreas de Interesse: Políticas Públicas, Desenvolvimento Rural, Reforma Agrária, Agricultura Familiar e Camponesa, Economia Política, Economia da Dependência e Geografia Agrária.

---

#### **Sobre o autor**

##### ***Marcelo Rodrigues Mendonça***

Atualmente é professor Associado III dos Cursos de Graduação e Pós-graduação em Geografia e Ciências Ambientais da Universidade Federal de Goiás do Instituto de Estudos Socioambientais e Regional Catalão. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, Geografia do Trabalho, Geografia Agrária e Planejamento Urbano e Ambiental, atuando principalmente nos seguintes temas: trabalho, território, políticas públicas, Cerrado e Povos Cerradeiros, luta pela terra, pela água e pela reforma agrária, produção camponesa, agrohidronegócio, modernização do território, agroecologia, (Re)Existências e movimentos sociais. Membro do Conselho Editorial de diversas revistas nacionais e estrangeiras. Foi Secretário da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) de 2009 a 2011. Foi Presidente da AGB/Seção Catalão (2003-2005). É Membro Fundador e Coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais ? GETeM/UFG. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho ? CEGeT/UNESP. Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisa das Dinâmicas Territoriais ? LABOTER/IESA/UFG. É Líder do Grupo de Pesquisa Território, Trabalho e Políticas Públicas ? IESA/UFG. Foi Coordenador do Programa de Pós-graduação ? Mestrado em Geografia da UFG/Regional Catalão (2008 a 2010). É Coordenador da Rede Goiana de Pesquisa em Agroecologia (FAPEG). Desenvolve projetos de pesquisa e extensão e cultura, assessora movimentos sociais, instituições públicas, organizações não governamentais, Ministério Público etc., sobre os efeitos socioambientais de grandes empreendimentos e as transformações espaciais no Brasil e em áreas de Cerrado. De abril de 2013 a março de 2016 foi Secretário Municipal de Meio Ambiente em Catalão/GO.

---

Artigo Recebido em Setembro de 2017.

Artigo aceito para publicação em Dezembro de 2017.